

As prioridades do presidente

por Claudia Safatle
de Brasília

Escolhidos os ministros que, na nova administração, comandarão a política econômica, ficam evidentes, também, algumas das prioridades do presidente que assume depois de amanhã, Fernando Henrique Cardoso.

Grosso modo, as tarefas poderiam ser divididas da seguinte forma: o Ministério do Planejamento, com José Serra, cuidará da questão fiscal; Pedro Malan, na Fazenda, zelará pela estabilização; e Dorothea Werneck, no Ministério da Indústria e Comércio, terá que apresentar ao País uma política industrial capaz de preservar o setor produtivo da abertura internacional sem práticas protecionistas nem câmbio artificialmente favorável.

Dura tarefa será a de José Serra à frente da Seplan. Do seu êxito em arrancar do Congresso Nacional um novo arranjo fiscal – que solucione as mazelas financeiras do setor público e dê uma renovada moldagem ao Estado – dependerá a combinação de estabilidade de preços com crescimento econômico. Serra toma posse e, de cara, terá que arrumar uma forma de fechar um buraco orçamentário estimado em cerca de R\$ 11 bilhões para 1995. Caberá à Seplan mudar a estrutura tributária do País e dar forma às propostas de emenda à Constituição que revolucionem a área fiscal. Uma velha discussão sobre a qual existem consensos genéricos, mas que no momento de reescrever os preceitos constitucionais provocará apaixonados debates.

As responsabilidades do Ministério da Fazenda e do Banco Central dependerão, em certa medida, dos rumos que Serra conseguir dar às finanças do setor

público. Um superávit fiscal da ordem de 2% do Produto Interno Bruto será muito bem-vindo para a estabilização. Ele permitirá trocar a âncora cambial como instrumento coadjuvante da política econômica.

A recorrente situação de crises de liquidez dos bancos estaduais, as finanças dos estados e municípios, a sobrecarga da folha de pagamentos do setor público (gasta-se muito e paga-se mal), o descontrole das empresas estatais e o inchaço dos bancos federais são desafios de bom tamanho que exigirão dose redobrada de entendimento com os governos estaduais e da influência destes em suas bancadas de parlamentares no Congresso Nacional.

Logo nos primeiros meses – com a consolidação de uma baixa taxa de inflação – o governo deverá dar o golpe final no sistema de indexação que ainda prevalece, seja nos contratos em geral, seja nos reajustes salariais pelo IPC-r, em particular. A questão salarial viria acompanhada de mudanças importantes na relação capital/trabalho e, se possível, no papel da Justiça do Trabalho, dependendo da reforma constitucional.

A privatização renderia recursos para abater parte da dívida interna e permitiria, enfim, também reestruturar outro preço importante da economia: os juros.

O Banco Central (BC) adquiriria independência suficiente para gerir a estabilidade da moeda sem as pressões políticas que sempre acabam buscando acomodações daqui e dali no controle da liquidez.

Salários sob livre negociação, inflação sob controle, juros, finalmente mais baixos, e câmbio arrumado seria o sonho de qualquer governo. Mas para chegar lá há um enorme caminho a trilhar.